

II

A Igreja no Poder

DESDE A REVOLUÇÃO FRANCESA, QUANDO A IGREJA sofrera seu primeiro e mais violento golpe, ela não fizera outra coisa senão procurar manter ainda uma parte de seus privilégios, de sua participação no poder. Sua aliança com a burguesia vitoriosa não teve outro sentido. Embora continuasse condenando o liberalismo, que no século XIX era a fonte de todos os seus males, a Igreja foi levada a aceitar a burguesia e a democracia parlamentar como um mal menor — já que não era possível ver renascerem das cinzas a aristocracia e o sistema monárquico. Ao surgir a ameaça do comunismo reagiu a Igreja com todas as suas forças, ao mesmo tempo que selava sua aliança com o sistema capitalista.

Em todos esses acontecimentos a Igreja procurava sempre manter uma parcela de seu poder. Sempre fizera, desde Constantino, parte da ordem estabelecida, e não se conformava em se ver cada vez mais marginalizada, à medida que crescia o Estado moderno, e este assumia cada vez maiores responsabilidades, inclusive a da educação. A longa batalha do laicismo versus o clericalismo, em torno da escola católica, por exemplo, que dominou a história da Igreja durante o século XIX, não tinha outro sentido senão o de a Igreja procurar preservar um pouco de seu poder temporal que se esvaía.

Durante séculos a Igreja constituíra a própria classe dominante ou dela fizera parte de forma preponderante.

Durante a Idade Média seu papel foi fundamental na estruturação da sociedade de então. O poder político e o poder religioso se confundiam. Grandes eram as propriedades da Igreja, grandes os seus interesses materiais. Em meio a milhares de feudos desorganizados entre si, a Igreja era a única organização existente capaz de dar um mínimo de estrutura e direção ao todo existente. Única organização burocrática bem montada da época, possuindo uma doutrina clara e um grande número de homens cultos e capazes a seu serviço, não lhe foi difícil exercer um amplo domínio temporal.

A Renascença e o surgimento do mundo moderno coincidem com a decadência do feudalismo e o surgimento das monarquias absolutas. A monarquia absoluta já representa um primeiro golpe no poder temporal da Igreja. O monarca absoluto assim se definia, à medida que procurava organizar ele próprio um Estado burocrático, que submetesse política e militarmente os feudos, e desse unidade ao sistema político. A monarquia absoluta, que surge com o apoio da burguesia nascente, é o momento da criação do Estado moderno, que vinha assim substituir a Igreja em suas funções políticas de estruturação de feudos esparsos. Não foi, portanto, sem resistência que a Igreja aceitou as monarquias absolutas. Entretanto, os interesses comuns eram muito poderosos. Os senhores e os bispos pertenciam a uma mesma classe social, originavam-se das mesmas famílias. Em outras palavras, os interesses coincidentes eram muito mais poderosos do que os conflitantes, de forma que um acordo foi logo alcançado. Facilitou esse acordo a ameaça do protestantismo, nos países em que este não se tornou vitorioso.

Dentro das monarquias absolutas a Igreja já não era mais a organização politicamente dominante, mas continuava a deter uma enorme soma de poder e riqueza. Agora, sua função política não era mais de direção. Conservava, porém, uma função política fundamental: a de sacralizar as normas da sociedade civil, dando-lhe assim um poder coercitivo muito maior do que a simples ameaça de sanções penais.

Realmente, esta tarefa de sacralizar as normas sociais foi sempre uma função social, por excelência, de todas as religiões. A Igreja Católica exerceu essa função em toda a sua plenitude. Tornando sagradas as normas e ameaçando quem deixasse de cumpri-las com o pecado e as chamas do inferno, a Igreja constituía-se em um poderoso sistema de controle social.

Neste processo de sacralização das leis humanas, transformando-as em leis divinas, a Igreja cobria todos os setores da vida humana. E, muitas vezes, vinha atender uma necessidade social da época. O controle da natalidade, por exemplo, cuja proibição hoje se tornou anacrônica e é uma das principais fontes de conflito entre a Igreja e o mundo moderno, era realmente criminoso na Idade Média. Em uma época em que a taxa natural de mortalidade, devida a doenças, fome, pestes, guerras era enorme, de forma que, facilmente, superaria a taxa de natalidade, caso houvesse qualquer controle, esse controle constituía-se em uma ameaça à própria sobrevivência de cada comunidade. Para evitar essa ameaça, a Igreja intervinha, sacralizando a norma de proibição de controle da natalidade.

Mas, da mesma forma que a Igreja sacralizava normas socialmente necessárias, independentemente do regime social, como a que acabamos de examinar, ou como as normas de não matar ou não roubar, sacralizava também normas estritamente contingentes ao regime político vigente, como a do direito divino dos reis, como a do direito natural à propriedade dos meios de produção, ou, então, como a da resignação em face à pobreza e à desigualdade.

A ascensão da burguesia ao poder, no fim do século XVIII e durante o século XIX, constituiu um golpe mais poderoso e duradouro no poder político da Igreja. Já durante o século XVIII a pregação dos defensores do liberalismo, a principiar pelos enciclopedistas, voltou-se

violentamente contra a Igreja. Era o racionalismo que, depois de abrir caminho através da filosofia de Descartes, que definiu seus princípios, e da ciência de Galileu, entrava também pelo campo da política, atacando o tradicionalismo da Igreja.

A Igreja combateu sob todas as formas possíveis, com a palavra e a força, o racionalismo emergente. Não se contentou em combater as idéias políticas, sociais e econômicas que surgiam com o racionalismo e a crença do homem em sua própria capacidade — na capacidade da razão — para reger o seu próprio destino. Combateu também as descobertas científicas das ciências físico-matemáticas, transformando-se assim em um poderoso obstáculo ao desenvolvimento da ciência.

Quando a Igreja verificou que a burguesia já era vitoriosa, procurou disassociá-la da filosofia liberal e anticlerical que com ela surgira. Foi, até um certo ponto, bem sucedida nessa empreitada, de forma que, conforme já observamos, encontrou um *modus vivendi* com o sistema capitalista burguês.

Isto foi possível, não só em virtude da capacidade de adaptação da Igreja, mas também porque a burguesia viu imediatamente as grandes vantagens que poderia auferir de uma união com ela. Esta passaria agora a sacralizar as normas burguesas e a apaziguar qualquer tentativa de revolta.

E' compreensível, portanto, que Lenin, citando uma célebre frase de Marx, declarasse:

«A religião é o ópio do povo: esta sua afirmação constitui a pedra angular de toda a concepção marxista a respeito da religião. O marxismo considerou sempre todas as religiões, todo o clero, todas e cada uma das organizações religiosas, como órgãos da reação burguesa postos a serviço da defesa da exploração e do embrutecimento da classe operária.»²⁴

Nessas afirmações existe, sem dúvida, excesso de generalização, ao mesmo tempo que lhe falta o sentido

²⁴ LENIN, V. I., citado em *El Materialismo Histórico*, da Academia de Ciências da URSS, redigido por KONSTANTINOV, F. V., Editorial Crigalbo, 1957, México, p. 357.

histórico, que certamente estaria mais de acordo com o marxismo. Apesar da violência e do excesso, porém, é preciso admitirmos que, no que se refere à Igreja Católica, até pelo menos a Segunda Guerra Mundial, aquelas afirmações de Lenin eram basicamente corretas. Os novos ataques que, a partir de meados do século passado, iria receber de Marx e seus seguidores cada vez mais numerosos, só a fizeram encolher-se ainda mais em seu conservadorismo, e a reforçar ainda mais a sua condição de baluarte da ordem estabelecida.

E' certo que houve exceções. Já no século passado um punhado de católicos progressistas levantava a bandeira da justiça social. Em geral, porém, em termos idealistas, sem qualquer operacionalidade e repercussão. Em 1848, por exemplo, Monsenhor Ketteler, que logo depois seria consagrado bispo de Mogúncia, declarava do púlpito que a concepção burguesa e liberal de propriedade

«... mata os mais nobres sentimentos no peito dos homens, e desenvolve uma tal dureza, uma tal insensibilidade à miséria humana, que nem mesmo entre os animais encontramos igual, pois ela denomina justiça o furto organizado ... A famosa frase «a propriedade é um furto» não é, evidentemente, uma mentira».²⁵

Outra grande figura do catolicismo progressista do século XIX é Frederico Ozanam. E todo o esforço desse catolicismo é coroado, em 1891, pela *Rerum Novarum* de Leão XIII, que, realmente, dado o conservadorismo em que se achava mergulhada a Igreja, constitui-se em uma revolução dentro da Igreja, na medida em que reconhece «a riqueza nas mãos de um pequeno número, ao lado da indigência da multidão»²⁶, «a situação dos tra-

²⁵ Citado por FÁBIO, Nando, "Do Manifesto dos Comunistas à Pacem in Terris", em *Diálogo Posto à Prova*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, p. 114.

²⁶ LEÃO III, *Rerum Novarum*, em *A Doutrina Social da Igreja*, Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1968, p. 147.

balhadores isolados e sem defesa... entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça da concorrência desenfreada»²⁷, dá apoio à existência dos sindicatos, e faz uma série de recomendações sobre a justiça social e a proteção dos operários.

Entretanto, se examinarmos com mais cuidado esse documento pontifício, somos obrigados a reconhecer que, em última análise, ele é também uma manifestação da Igreja de defesa da ordem estabelecida. O grande inimigo nesta encíclica é o socialismo. A tese dita e refletida um sem-número de vezes é a de que «o primeiro fundamento a obedecer por todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo é a inviolabilidade da propriedade particular».²⁸ Conforme observa um católico italiano, depois de uma análise cuidadosa da encíclica,

«a *Rerum Novarum* mantinha, portanto, uma posição equidistante, por nada revolucionária, e apenas preocupada com a realização de um mínimo de justiça salarial e de repouso festivo para homens que trabalhavam até doze horas por dia, com salário de fome».²⁹

Em qualquer hipótese, a *Rerum Novarum*, da mesma forma que a *Quadragesimo Anno* de Pio XI, quarenta anos mais tarde, seria uma abertura, ainda que tímida e reticente, para a questão social e o mundo moderno. E foi suficiente uma pequena abertura para que todo um setor dos católicos, amedrontado com o reconhecimento da validade das associações operárias, impedisse, com todas as suas forças, a divulgação e a explicação da encíclica no mundo operário.³⁰

O papel de defender a ordem estabelecida, porém, era desempenhado pela Igreja durante o século XIX com

²⁷ *Idem*, p. 149.

²⁸ *Idem*, p. 159.

²⁹ FABIO, Nando, *op. cit.*, p. 119.

³⁰ *Idem*, *ibidem*.

reservas profundas. Desde a Revolução Francesa, a Igreja estava em conflito com o mundo moderno. Toda a doutrina da Igreja era baseada na tradição e na revelação. O capitalismo, porém, é eminentemente racionalista, à medida que o capitalista dirige todos os seus esforços no sentido de lucro, e, para atingir esse fim predeterminado ele procura sempre utilizar os meios mais adequados — em outras palavras, procura a eficiência. Sendo racionalista, baseando-se no princípio da maximização dos lucros e na eficiência, o capitalismo é naturalmente levado a exaltar o desenvolvimento científico e tecnológico. Além disso, para levar adiante seus propósitos, acompanhando o grande desenvolvimento econômico que caracterizou a história econômica de grande parte da Europa e dos Estados Unidos, sob a égide do capitalismo, este sistema econômico é, naturalmente, levado a ampliar as funções do Estado e a criar grandes sociedades anônimas, privadas, de caráter burocrático.

Dentro desse processo, que além de tudo tinha um claro objetivo materialista de maior conforto e maior acumulação de bens, a Igreja via uma ameaça ao que lhe restava de poder material. Para muitos católicos, do racionalismo ao ateísmo ou à indiferença religiosa era um passo. Além disso — como veremos detidamente mais adiante, quando examinarmos as causas da transformação pela qual a Igreja vem passando recentemente — a Igreja sentia-se com sua função social de sacralização das normas da sociedade civil cada vez mais diminuída. Era natural, portanto, que a Igreja olhasse com apreensão esse mundo moderno que surgia. Reagindo contra ele, passava à condenação dos «erros do mundo moderno», especialmente na encíclica *Quanta Cura* de Pio IX e no *Syllabus*, de 1864.

Nesses termos e particularmente depois que o Concílio Vaticano I, em 1870, afirmou a infalibilidade do papa em matéria de fé, observa Alceu Amoroso Lima que

«o mundo moderno se considerou totalmente condenado pela Igreja e, portanto, em estado de hostilidade, latente ou patente contra ela . . . a opinião dominante entre nós, estudantes universitários de 1910 a 1920, para só falar de minha própria expe-

riência pessoal, era essa. A Igreja era uma instituição do passado, conservando imutável o espírito absolutista; fechada a toda renovação, incompatível com a Ciência, com o Progresso, com a Liberdade, com a Democracia...»²¹

Essa visão da Igreja, que o autor citado, depois de sua conversão passou a considerar uma «falsa visão», era, na realidade, um retrato o mais fiel possível da Igreja do século passado e do início deste.

Ora, essa recusa ao progresso, esse fechamento sobre si mesma, essa atitude permanentemente defensiva em um mundo em pleno processo de transformação só podiam enfraquecer a Igreja. Conforme observa ainda Alceu Amoroso Lima:

«A Igreja se apresentava para muitos, senão para a maioria, tanto fora como dentro dela, como sendo incompatível com os tempos novos. A razão principal da apostasia das massas e das elites intelectuais, de há um século a esta parte, principalmente, não é outra senão esta.»²²

O problema já havia em parte sido reconhecido por Pio XI, quando declarara, de forma dramática, «o pecado mortal da Igreja, no século XIX, foi ter perdido a Classe Operária», e também «a Igreja foi feita para o mundo e não o mundo para a Igreja». Na Europa, principalmente, a Igreja se afastara do povo, fechara-se em suas paróquias burguesas e pequeno-burguesas, em suas escolas confessionais, em suas associações católicas. E tanto o povo quanto os intelectuais abandonavam em massa a Igreja que, assim, ficava reduzida a uma classe média urbana e às populações rurais.

Finalmente, deve ser observado que a emergência das tecnoburocracias no século XX agravava ainda mais a situação da Igreja, na medida em que seu sistema ideológico totalitário e repressivo dispensava a participação da Igreja, além de com ela concorrer.

²¹ AMOROSO LIMA, Alceu, "Diálogo da Igreja com o Mundo Moderno", em *Paz e Terra* n. 1, julho de 1966, pp. 12-13.

²² *Idem*, pp. 12-13.